Governo Civil de Santarém

Aviso n.º 16187/2009

Por despacho do Governador Civil do Distrito de Santarém de 1 de Julho de 2009:

Luís José da Silva Ferreira — técnico de informática — grau 1 da Câmara Municipal de Alpiarça — nomeado, em regime de comissão de serviço, para o lugar de adjunto do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos desde 09.06.2009, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19/11, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2/08, conjugado com os n.os 2, 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho e com os n.os 3.º e 4.º, da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, e ao abrigo dos poderes conferidos pelo n.º 1, alínea *b*), do Despacho de delegação de competências n.º 14662/2009, de 18 de Junho do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho.

Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, está o interessado autorizado a, eventualmente, exercer funções de monitor em cursos de formação profissional, bem como de consultoria em projectos e outras actividades, englobados na respectiva especialidade profissional.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

1 de Julho de 2009. — O Governador Civil, *Joaquim Adriano Botas Castanho.*

202294474

Aviso n.º 16188/2009

Por despacho do Governador Civil do Distrito de Santarém de 01 de Julho de 2009:

Carlos Manuel Luís Catalão — nomeado para o lugar de chefe do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos desde 09.06.2009, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho e com os n.os 3.º e 4.º, n.º 1, da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, e ao abrigo dos poderes conferidos pelo n.º 1, alínea *b*), do despacho de delegação de competências n.º 14662/2009, de 18 de Junho do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho.

Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, está o interessado autorizado a, eventualmente, exercer funções de monitor em cursos de formação profissional, bem como de consultoria em projectos e outras actividades, englobados na respectiva especialidade profissional.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

1 de Julho de 2009. — O Governador Civil, *Joaquim Adriano Botas Castanho*.

202293956

Aviso n.º 16189/2009

Por despacho do Governador Civil do Distrito de Santarém de 01 de Julho de 2009:

Licenciada Dina Teresa Ferreira Lopes — nomeada para o lugar de secretária do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos desde 09.06.2009, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho e com os n.os 3.º e 4.º, n.º 1 da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, e ao abrigo dos poderes conferidos pelo n.º 1, alínea *b*), do Despacho de delegação de competências n.º 14662/2009, de 18 de Junho do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho.

Nos termos das alíneas *a*) e *b*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, está a interessada autorizada a, eventualmente, exercer actividades docentes em instituições de ensino superior e funções de monitora em cursos de formação profissional, bem como de consultoria em projectos e outras actividades, englobados na respectiva especialidade profissional. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

1 de Julho de 2009. — O Governador Civil, *Joaquim Adriano Botas Castanho*.

202294377

Aviso n.º 16190/2009

Por despacho do Governador Civil do Distrito de Santarém de 21 de Julho de 2009:

João Manuel Santos e Sousa — nomeado para o lugar de adjunto do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos desde 9 de Junho de 2009, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 02 de Agosto, conjugado com o n.º 2 do artº6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e com os n.os 3 e 4.º, n.º 1, da Portaria n.º 948/2001, de 03 de Agosto, ao abrigo dos poderes conferidos pelo n.º 1, alínea b), do Despacho de delegação de competências n.º 14662/2009, de 18 de Junho, do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho e obtida prévia autorização ministerial a que alude o n.º 3 do n.º 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 03 de Agosto, concedida por despacho de 13 de Julho de 2009.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artº3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, está o interessado autorizado a, eventualmente, exercer funções de monitor em cursos de formação profissional, bem como de consultoria em projectos e outras actividades, englobados na respectiva especialidade profissional. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Julho de 2009. — O Governador Civil, *Joaquim Adriano Botas Castanho*.

202294636

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 20861/2009

Lista n.º 53/09

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Junho de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Jeziel Israel de Deus Zwang	25-08-1976
Tulio de Souza Muniz	17-05-1969
Eduardo Lino da Silva	12-12-1979
Anderson Vieira	07-02-1980
Mirela Mas Lourenço	22-03-1988
Canagê Dutra	29-08-1969
Antonio Carlos Resende	18-08-1965
Alirio Alves Gomes	16-02-1959
Ronaldo Roberto dos Reis Teodoro	28-11-1973
Marcos Israel Oliveira Santos	19-08-1976
Gisele Antunes Ferreira	25-04-1983
Carmen Lucia Alves da Silva	26-06-1976
Carolina Manhaes de Oliveira Muniz Carvalho	13-10-1984

10 de Setembro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Maria Helena Bastos Martins*.

202292481

Despacho n.º 20862/2009

Lista n.º 55/09

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Junho de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Paula Gyrão de Castro Silveira	18-05-1984
Katia Rosely Caetano	05-05-1965
Alexis de Souza Barcelos Dias	12-08-1978

Nome	Data de nascimento
Maria Aparecida Miranda Santos	15-07-1977
Dejenane Cristina Arrudas da Silva	06-10-1981
Armando de Souza Junior	02-03-1974
Simone Fernandes Gomes da Silva	10-09-1978
Sueli Coelho Oliveira	14-08-1981
Marco Antônio de Oliveira	09-11-1965
Alan Teixeira Gama	29-07-1974
Kelly Aparecida dos Santos Silva	12-10-1980
Maria de Lourdes Souza Zatta	04-01-1965
José Carlos Ostrufk	10-04-1954
Hayden Carvalho Zatta	07-11-1961
Lander Patrick de Andrade	19-01-1989

11 de Setembro de 2009. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Maria Helena Bastos Martins.*

202294799

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho n.º 20863/2009

A Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, sucessivamente alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro e Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, fixou o quadro jurídico a dar à criação e reestruturação dos serviços da administração directa do Estado.

Publicados que foram o Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, que estabeleceu a estrutura orgânica da DGRS, a Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, que fixou a sua estrutura nuclear e a Portaria n.º 569/2007, também de 30 de Abril, que fixou vinte (20), o número máximo de unidades flexíveis, importa, agora, do ponto de vista organizacional, completar e satisfazer novas exigências e necessidades da DGRS, sobretudo considerando a sua exigente missão e as suas vastas competências.

Considerando que, o Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril estabelece, no seu artigo 10.º, a possibilidade de serem criadas Equipas Multidisciplinares;

Considerando que, nos termos do estabelecido pelo artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, a estrutura matricial é adoptada sempre que as áreas operativas do serviço possam desenvolver-se essencialmente por projectos, devendo agrupar-se por centros de competências, visando assegurar a constituição de Equipas Multidisciplinares, com base na mobilidade funcional;

Considerando que a constituição das Equipas Multidisciplinares, bem como a designação das suas chefias, é da competência do dirigente máximo do serviço, conforme n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando que a criação, alteração ou extinção de Equipas Multidisciplinares está prevista no artigo 2.º, da Portaria n.º 560/2007, de 30 de Abril, fixando como número máximo de Equipas Multidisciplinares na DGRS, a dotação de duas, determino:

1 — A criação de uma Equipa Multidisciplinar designada Equipa Multidisciplinar de Formação Escolar e Profissional e de Inserção Laboral, da DGRS, com as seguintes competências:

a) Promover as políticas educativas inclusivas e de qualificação profissional, bem como promover a igualdade de oportunidades, a preparação e o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego destinadas a jovens que praticaram factos qualificados como crime e a quem foram aplicadas medidas judiciais de execução na comunidade ou de internamento em Centro Educativo;

b) Promover ofertas educativas diversificadas e acompanhar o desenvolvimento de experiências inovadoras em matéria de formação escolar, profissional e de inserção laboral;

c) Acompanhar e propor medidas e orientações, em termos organizativos pedagógicos e didácticos, promotoras da inclusão e sucesso educativo dos jovens em cumprimento de medida de internamento em Centro Educativo;

d) Monitorizar a organização e o funcionamento da formação escolar e profissional em Centro Educativo;

e) Recorrer, para além do Centro Protocolar de Formação para o Sector da Justiça, a outras entidades públicas ou privadas com competências em matéria de formação profissional e inserção laboral, para garantir a resposta às necessidades específicas e urgentes que, nessas matérias, se façam sentir em sede de execução de medidas na comunidade ou em Centro Educativo;

f) Estabelecer acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, designadamente com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e com o Ministério da Saúde, com vista a:

i) Diligenciar para que a mobilidade, recrutamento e, eventual selecção de professores para os Centros Educativos, possa atingir valores superiores de celeridade, qualidade, adequação e eficiência, essenciais à satisfação das necessidades educativas dos jovens em cumprimento de medida de internamento;

ii) Colaborar com os professores e a direcção do Centro Educativo na planificação anual da formação escolar e da formação profissional, visando o apoio e a cooperação activa no desenvolvimento e pelos resultados da aprendizagem dos jovens;

iii) Colaborar e participar na construção, implementação e no enriquecimento curricular do projecto de educação e formação em Centro Educativo, em especial nos de natureza cultural, formação cívica, desportiva, de promoção da educação para a saúde ou de outras actividades extra-curriculares;

iv) Apresentar propostas para a inserção dos jovens na vida activa, designadamente a sua colocação em entidades prestadoras de trabalho, públicas ou privadas;

v) Desenvolver e promover projectos e programas de formação escolar e profissional e de inserção laboral que se enquadrem no âmbito das competências genéricas atribuídas pelo presente despacho.

2 — A Equipa Multidisciplinar é liderada por um Chefe de Equipa, equiparado, nos termos da lei e para efeitos remuneratórios, a Chefe de Divisão.

Nestes termos, por ter o perfil e a qualificação adequados ao desempenho do cargo, nomeio a Licenciada Maria Dulce Pascoal Dias José, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Formação Escolar e Profissional e de Inserção Laboral, da DGRS, com efeitos a 15 de Julho de 2009.

Publique-se no *Diário da República,* conforme o n.º 8, do artigo 21.º, da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 105/2007.

10 de Setembro de 2009. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado.*

202292854

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 20864/2009

Por despacho de 26 Junho de 2008, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais, e nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º125/2007, de 27 de Abril, foi Elsa Maria Ambrósio Tomé, técnica superior de 2ª. classe, designada para adjunta da Directora do Estabelecimento Prisional de Sintra, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de Julho de 2008.

2 de Setembro de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

202293364

Despacho (extracto) n.º 20865/2009

Por despacho de 13 de Outubro de 2008 da directora-geral e nos termos do regime previsto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi renovada a comissão de serviço de Carolina da Conceição Moreira de Oliveira, técnica superior, no cargo de directora de Serviços de Execução de Medidas Privativas de Liberdade, do mapa de pessoal desta Direcção-Geral, pelo período de três anos, com efeitos a 16 de Dezembro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Setembro de 2009. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes.*

202293348

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 20866/2009

Por despacho do vice-presidente, em substituição do presidente, datado de 17 de Agosto de 2009, foi autorizada a reafectação à Conservatória do Registo Civil de Peso da Régua da segunda ajudante Maria de Lurdes Mendonça Lameiras e Silva Moura — afecta à Conservatória do Registo